Escrita no Curso de Direito: Uma sugestão

Autor(res)

Bruno Gomes Pereira
Rafaela Carolina Dos Santos Wesely

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ

Introdução

É inegável que o Direito e o conhecimento da Língua Portuguesa andam juntos. Todos os textos são repletos de palavras com significados rebuscados, repletos de jargões e afirmativas categóricas, cheias do chamado "Juridiquês", que nada mais é do que o uso excessivo de termos técnicos, linguagem comumente usada por profissionais da área para as sentenças proferidas, que podem demonstrar uma armadilha de palavras e termos (Fröhlich, 2015).
Sendo assim, desenvolvemos uma proposta metodológica para a prática escriturária do Direito. Esta, por sua vez, procura desenvolver as práticas de escrita de maneira satisfatória, adotando o saber gramatical como recurso pertinente a isso.

Objetivo

O objetivo é propor um modelo de oficina de escrita jurídica a ser aplicada para estudantes de Direito.

Material e Métodos

A metodologia é do tipo revisão bibliográfica, uma vez que mobilizamos saberes teóricos advindos de diferentes áreas do saber humano. Esta tipologia metodológica nos ajuda a ressignificar conceitos teóricos legitimados, o que acaba exercitando o saber interpretativo do pesquisador. Em tempo, a seleção da literatura especializada ocorreu de maneira sistematizada, evitando a escolha aleatória de textos (Lakatos; Marconi, 2013; Severino, 2007).

Resultados e Discussão

Costumeiramente, a escrita no curso de Direito é caracterizada pelo uso de frases longas, que procuram detalhar cada fato da maneira mais completa possível, evitando duplas interpretações. Por isso, muitas vezes, há o excesso de palavras para demonstrar uma ideia, tornando as sentenças do texto enxutas de informações iguais ou incompreensíveis a curto prazo, como o latim. Frohlich (2015, p. 217) destaca "a prolixidade, as sentenças extensas e complexas, o jargão jurídico, erros no original, construção impessoal e uso de latinismo".
Por isso, entendemos que a linguagem carrega em si, assim como o Direito, uma tentativa de união entre o que se pensa e o que se argumenta. A primeira, mantém os seres em constante comunicação. Já a segunda oferta justiça social.

Conclusão

Quando entendemos a escrita jurídica como processo, passamos a compreender melhor a sua funcionalidade enquanto cerne de interação social no contexto forense. Por isso, é preciso considerá-la como uma ferramenta social em constante aprimoramento, uma vez que se torna uma forte aliada no processo de formação inicial do profissional do Direito.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

FRÖHLICH, L. Redação jurídica objetiva: o juridiquês no banco dos réus. Revista Da ESMESC, v. 22, n. 28, p. 211–236, 2015.

GASPARIN, L. J. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas (SP): Autores Associados, 2009.

GERALDI, J. W. Portos de Passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JALES, T. de M. Quem é o leitor de textos jurídicos? Uma exploração sobre os ombros de Ricardo Piglia. ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 25–37, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2013.